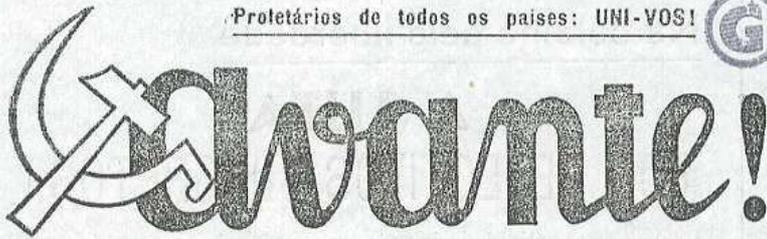


Proletários de todos os países: UNI-VOS!



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES COMUNISTAS

No prosseguimento do estudo e discussão anteriores, na direcção central e nas organizações partidárias dos estudantes, o Comité Central do PCP analisou os problemas relativos à organização e actividade dos estudantes comunistas.

O CC considera que a criação de uma organização nacional dos estudantes comunistas, estreitamente ligada ao PCP e com autonomia orgânica, contribuirá decididamente para ganhar a juventude das escolas para as ideias do marxismo-leninismo e

educá-la no espírito de fidelidade aos interesses da classe operária e do seu partido; para dar à luta dos estudantes uma orientação correcta e abrir-lhe uma verdadeira perspectiva revolucionária; para desenvolver nos estudantes comunistas o espírito de iniciativa e o sentido de responsabilidade; para forjar dirigentes capacitados e militantes de vanguarda da juventude estudantil.

O CC considera que estão preenchidas as condições objectivas e subjectivas essenciais para a criação de uma tal organização e atribui às organizações estudantis do Partido a tarefa de tomarem nas suas mãos a iniciativa e adoptarem as medidas práticas apropriadas para a sua realização.

Novembro de 1971

O Comité Central do Partido Comunista Português

Comunicado da Comissão Executiva

O GOVERNO DE TRAIÇÃO NACIONAL agrava a dominação de Portugal pelo imperialismo

1. As condições em que foi negociada a continuação da permanência dos americanos na base das Lajes, a autorização para o estabelecimento de novas instalações da NATO nos Açores, as circunstâncias que rodearam a realização nestas ilhas do encontro Nixon-Pompidou, a orientação bélica seguida pelo governo de M. Caetano no campo internacional, lado a lado com os crescentes investimentos estrangeiros no nosso País e a consequente dominação, cada vez mais acentuada, de todos os sectores fundamentais da economia portuguesa por monopólios internacionais, são manifestações recentes da política de abdicação e traição nacional praticada pelos diversos governos da ditadura fascista ao longo da sua sinistra história.

Continuador desta política, o governo de M. Caetano agrava a dependência do nosso País em relação ao imperialismo, junto do qual procura meios e apoio para fazer face às múltiplas dificuldades em que se debate.

2. Permitindo que os americanos se instalassem nas Lajes, o fascismo alienou, de facto, a uma soberania estrangeira, uma parcela do território nacional. Como os jornais referiram, por altura do encontro Nixon-Pompidou, os americanos erigiram ali «uma pequena América» onde vivem e mandam como em casa sua e donde exercem uma influência desnationalizante sobre todo o arquipélago dos Açores.

AO CONCLUIR UM NOVO ACORDO PARA A CONTINUAÇÃO DA PERMANÊNCIA DOS AMERICANOS NAS LAJES, O GOVERNO DE M. CAETANO RECONHECE E PROLONGA A ALIENAÇÃO DESTA PARCELA DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS E FA-LÓ-NOS TER-MOS REPUGNANTES DE UMA NE-

GOCIATA COM A SOBERANIA NACIONAL.

Fraca negociata é, no entanto, o chamado acordo de assistência económica dos Estados Unidos a Portugal. Tão fraca que M. Caetano ao referir-la, no monólogo de 16 de Dezembro, confessou que «não é ainda o que desejaríamos» e não se atreveu a traduzir para escudos a expressão numérica da assistência.

Na verdade o que os americanos dão é um subsídio de cerca de 27 mil contos para «programas de desenvolvimento no campo educacional» (isto é, um subsídio que dificilmente chegará para a construção

e apetrechamento de um novo liceu), cerca de 135 mil contos de «equipamentos excedentes não militares» (isto é, sucata provavelmente militar) e cedem «a título de empréstimo não oneroso» um navio oceanográfico no valor de 216 mil contos. O chamado «auxílio directo» fixa-se assim num montante que não ultrapassa os 400 mil contos. Mas em contrapartida propõem-se os americanos emprestar nada menos do que cerca de 11 milhões e 600 mil contos a taxas que não serão com certeza inferiores a 6%, que foi aquela que o Export-Import Bank dos Estados (continua na pág. 2)

Acções de massas contra a repressão

4.000 MANIFESTANTES EM MOSCAVIDE MAIS DE 1.000 EM SACAVEM

«Contra o arbitrio, a ilegalidade e a violência bruta do bando da PIDE-DGS e de outras forças repressivas, a indignação e o descontentamento das massas populares vão-se transformando a par e passo em resistência aberta.

Quando, no dia 18 de Dezembro passado, cerca das 18 horas, em Moscavide, democratas procediam à humana tarefa de recolha de fundos para prestar solidariedade aos presos e suas famílias que vivem em precárias condições económicas e à distribuição do Comunicado da C.N.S.P.P., «Solidariedade—Natal», agentes da PIDE e da PSP prenderam dois jovens. Justamente indignados, os populares arrancaram-lhes imediatamente das mãos.

Em poucos minutos, juntaram-se cerca de 4.000 pessoas que, durante 1 hora e meia enfrentando as forças repressivas de armas aperradas e reforçadas com novos elementos, tentavam libertar o jovem Soares Sopa, preso pouco antes e gritavam:

Assassinos! Bandidos! Abaixo a PIDE! Abaixo o fascismo! Abaixo a guerra! Liberdade!

No dia seguinte, cerca das 11 horas, em Sacavém, quando procediam também à recolha de fundos com o mesmo objectivo, uma força da GNR, sob indicações da PIDE, prendeu 11 pessoas, dizendo que era só para irem

identificar-se ao posto. Imediatamente a seguir enviaram-nas para o Governo Civil de Lisboa e daqui para a prisão da PIDE em Caxias.

Na altura em que os presos entravam para a camioneta, mais de 1.000 pessoas se juntaram protestando em altos gritos. Telegrafas de protesto, com 240 assinaturas, recolhidas em poucos minutos, fora enviados a M. Caetano e ao ministro do Interior. Em seguida, familiares dos presos, acompanhados pelos membros da C.N.S.P.P., professor Lindley Cintra e arquitecto Teotónio Pereira, dirigiram-se para Lisboa reclamar a M. Caetano a libertação imediata dos presos, que não os recebeu. No dia seguinte, porém, recebeu dois familiares a quem prometeu que os presos seriam libertados depois de responderem por pequenos delitos, «falta de autorização para angariarem fundos».

Entretanto, concentravam-se junto da casa de um dos presos cerca de 250 pessoas que ali se mantiveram desde as 18,30 h até à 1 hora da madrugada, tendo-se acalmado os ânimos apenas quando se soube que os presos seriam libertados. Tal facto verificou-se às 11,30 h de terça-feira, 21.

Outras acções contra a repressão e em defesa dos presos e de suas famílias precederam última-

mente estas importantíssimas manifestações de massas.

Num documento «Ao Povo de Lisboa», 313 operários, jornalistas, advogados, empregados, médicos, engenheiros, arquitectos, escritores, artistas, agrónomos, publicistas, comerciantes, industriais, professores, domésticas, etc., levantaram o seu protesto contra a repressão, as torturas aos presos, as deficientes condições prisionais.

No PORTO, num colóquio sobre o tema «DIREITO DE DEFESA E DIREITOS INDIVIDUAIS DOS ARGUIDOS», cerca de 400 pessoas assistem interessadas a participam nos debates em defesa dos presos.

Pelo Natal, 8 automóveis levam solidariedade material e moral aos presos de Peniche.

No dia 9-12-71, junto do Tribunal Plenário do Porto juntaram-se cerca de 200 pessoas para assistirem ao julgamento dos 7 estudantes de Coimbra, que acabou por ser aquilado.

Inscrições nos muros assim como documentos vários aparecem um pouco por toda a parte nas regiões mais importantes do País, contra a repressão policial e dos tribunais, chamando o povo a levantar-se para a impedir, prestar solidariedade moral, material e jurídica aos presos e suas famílias.

Insistir de maneira mais ampla nestas acções, eis o caminho para barrar o caminho à repressão política, defender e libertar todos os presos políticos.

O 4 DE FEVEREIRO

Marca o início do levantamento armado do povo angolano.

Assinalemo-lo com acções de combate à guerra colonial e ao colonialismo, com acções de solidariedade à luta de libertação nacional dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique!



Comunicado da Comissão Executiva

(continuação da 1ª pág.)

3. Nos Açores onde existem já a base americana das Lajes e a base francesa da Ilha das Flores vão ser estabelecidas novas instalações da NATO. Como anunciaram os jornais de 11 de Dezembro, a Ilha de Santa Maria vai ser a base de um laboratório e de «um polígono de investigação no domínio da acústica submarina» em que, sob o patrocínio da NATO, participam oito países — Alemanha Federal, Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, Holanda, Itália, França e Portugal.

No território continental, nos arredores de Lisboa, em Ovar e noutros pontos, proliferam bases e estabelecimentos da NATO, dois dos quais — o Quartel General do Comberlant, em Oeiras, e as instalações do Pinhal do Arneiro, na Caparica — se tornaram bem conhecidos ao serem alvos de acções que traduzem os sentimentos anti-imperialistas do povo português.

A base americana das Lajes e as bases e estabelecimentos da NATO espalhados pelo País são pontos de apoio da política de agressão do imperialismo contra os países socialistas e os povos em luta pela emancipação nacional e social. Ao permitir a sua existência em território nacional, o governo da ditadura fascista, ao mesmo tempo que agrava a dominação estrangeira sobre o nosso país, envolve Portugal nas intrigas e aventuras do imperialismo contra a paz mundial e a liberdade dos povos e sujeita o povo português aos riscos de uma tal política.

4. Ao contrário do que a propaganda fascista se esforça por fazer crer e que M. Caetano procurou incutir no já referido monólogo de 16 de Dezembro, a reatização nos Açores do encontro Nixon-Pompidou não apresentou para os portugueses qualquer motivo de júbilo ou satisfação. AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE RODEARAM O ENCONTRO APRESENTAM SIMULTÂNEOS MOTIVOS DE OFENSA PARA O PATRIOTISMO E O ORGULHO NACIONAL DOS PORTUGUESES.

A escolha do local onde os dois chefes do imperialismo foram dirimir as controvérsias do sistema obedeceu a várias razões, mas não foi certamente indiferente para a solução encontrada o facto de, quer os Estados Unidos, quer a França, disporem de bases nos Açores. Isto foi, aliás, lembrado aos portugueses de forma muito crua, nas esperas do encontro, com a assinatura do novo acordo sobre as Lajes.

Nixon rraivamente não saiu de casa, saiu de uma base americana para outra base americana e foi em instalações americanas que ficou albergado enquanto permaneceu nos Açores.

No grande banquete oferecido pelas autoridades portuguesas aos chefes estrangeiros a língua portuguesa não teve direito de admissão e até M. Caetano, que representava Portugal na circunstância se prestou ao ridículo papel de discursar necessariamente em inglês e francês, para não desagradar aos ams, enquanto estes discursaram nas próprias línguas.

Junto dos dois potentados imperialistas M. Caetano ostentou sempre um sorrisinho submisso e servil que fez corar de vergonha mesmo aqueles portugueses que não esquecem que ele não é o chefe de um autêntico governo nacional, mas o candidato da camarilha fascista divor-

ciada da pátria e ao serviço dos monopólios e agrários domésticos estreitamente associados aos imperialistas estrangeiros.

O SERVILISMO DE M. CAETANO PERANTE OS CHEFES DE ESTADO DA FRANÇA E DOS ESTADOS UNIDOS REFLECTE COMO UM ESPELHO O SERVILISMO TRADICIONAL DA DITADURA FASCISTA PERANTE O IMPERIALISMO.

5. A intervenção do ministro Rui Patrício na recente reunião do Conselho Ministerial da NATO, no prosseguimento de outras tomadas de posição do governo de M. Caetano no campo internacional, veio pôr, uma vez mais, em relevo a inquietação dos fascistas portugueses ante os esforços tendentes a abrandar a tensão na Europa e no mundo e a sua oposição histórica à Conferência sobre a segurança europeia.

Retomando, sem imaginação, os requeitados slogans da guerra fria, aritando o estafado espantão do «perigo russo» apelando à intensificação da luta anticomunista, o governo de M. Caetano desempenha na arena internacional o odioso papel de porta-voz dos círculos mais reaccionários e belicistas do imperialismo.

Com esta política visa a sua permanência no poder contra a vontade do povo português e procura uma justificação para as criminosas guerras coloniais que conduz contra os povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Mas com ela paga também o tributo aos apoios que recebe da alta finança e dos meios governantes das principais potências imperialistas.

A BELLÍCOLA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DE M. CAETANO É ASSIM, EXPRESSÃO DA DOMINAÇÃO IMPERIALISTA SOBRE O NOSSO PAÍS.

6. Os novos investimentos estrangeiros e o consequente controle pelos monopólios internacionais de todos os sectores fundamentais da economia portuguesa atingem proporções tais que até o presidente da Corporação da Indústria, Dr. Viana Rebelo, ele próprio não isento de compromissos com o capital estrangeiro, desabafou no seu discurso de 29 de Dezembro a propósito de projecto de proposta de lei sobre o fomento industrial, em estudo na Câmara Corporativa, afirmando: «Temos serias dúvidas que ... não contribuirá para o progresso do País, pois que este se não faz somente à base de indústrias novas e de capitais e de tecnologia estrangeiras».

Um artigo publicado no «American Banker» e reproduzido na imprensa diária portuguesa calcula que nos anos de 1969 e 1970 foram investidos em Portugal capitais estrangeiros num montante de perto de 4 milhões de contos. Pretendo que este influxo de capital estrangeiro se mantenha e amplie o articulista americano louva a ausência de restrições sobre a importação e a exportação de capitais» e, aplaudindo, anuncia que «Portugal oferece taxas de juro favoráveis e impostos relativamente baixos não fazendo discriminação contra as firmas estrangeiras». Tal é o paraíso que M. Caetano oferece à alta finança americana e internacional. Mas oferece mais, oferece a estrutura do Estado Fascista para proteger a exploração pelos monopólios estrangeiros das massas trabalhadoras portuguesas.

A dominação do imperialismo sobre a economia portuguesa facilitada e inspirado desde sempre pela ditadura fascista encontra em M. Caetano um agente que, sob o peso do desenvolvimento da crise do regime, se prontifica sem escrúpulos a amplificar a mais ainda. As «grandes obras» de fomento que va apregoando nas suas intervenções, incluindo o projecto «Nova-Sines», estão planeadas para serem financiadas e executadas pelos monopólios internacionais e são assim novos instrumentos do jugo estrangeiro sobre Portugal. A prevista associação de Portugal ao Mercado Comum, que em breve começará a ser negociada, constituirá mais um passo na mes-

Na batalha pela liberdade

A LUTA POR OBJECTIVOS CONCRETOS!

Um balanço à actividade do movimento democrático, nos últimos três meses de 1971, revela que, apesar das suas debilidades presentes, o movimento tem sido capaz de resistir às tentativas fascistas para impedir completamente a sua acção legal e semi-legal e tem continuado a impulsionar acções e iniciativas que, embora frequentemente dispersas, assumem importante significado, no actual momento político, e indicam direcções para a superação da estagnação e das dificuldades em que têm vivido muitas das suas estruturas.

ma direcção.

Como o P.C.P. assevera no seu Programa, aprovado no VI Congresso do Partido, que teve lugar em Setembro de 1965:

«A política do governo fascista é a política de entrega de forma crescente do país ao imperialismo, com o sacrifício da independência económica e política de Portugal. O governo fascista é um governo de abdicação e traição nacional.»

7. A gritaria patrioteira com que os chefes fascistas procuram justificar a criminoso política de exploração e guerra coloniais é o biombo por detrás do qual escondem a sua verdadeira face de traidores à pátria. Não é pela pátria que o Estado fascista manda matar e manda morrer a juventude portuguesa nas colónias. Não é pela pátria portuguesa que o fascismo faz a guerra e pratica o genocídio contra os povos coloniais em luta pela justa causa da sua independência nacional. O que a ditadura fascista defende nas guerras coloniais são os interesses dos monopólios domésticos associados ao imperialismo e os interesses imperialistas em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

Esgotando o país nestas guerras contrárias aos interesses do povo português, recorrendo, para prosseguir-las, à «ajuda» interesseira das potências imperialistas, dada a troca de novas concessões, posições e facilidades no território nacional e nas colónias, o governo fascista vai envolvendo Portugal numa teia, cada vez mais apertada, de compromissos e novas relações de dependência em que ficam hipotecados a independência e o futuro do país.

A política colonialista prosseguida pelo governo da ditadura fascista é mais uma manifestação da sua política de traição dos interesses nacionais.

8. A política de M. Caetano tendente a agravar a dominação de Portugal pelo imperialismo estrangeiro exige uma resposta pronta do povo português.

É dever indelével das forças democráticas e antifascistas, de todas as forças patrióticas reforçarem a sua unidade e darem um novo impulso à luta contra a política de entrega do país ao imperialismo praticada pela ditadura fascista.

Urge desmascarar o controle crescente de todos os ramos fundamentais da economia portuguesa pelos monopólios estrangeiros.

Urge dar combate aos planos e projectos que concedem novas posições ao imperialismo no nosso país.

LUTA CONTRA A DOMINAÇÃO CRESCENTE DE PORTUGAL PELO IMPERIALISMO TEM QUE SER REANIMADA E INTENSIFICADA!
Dezembro de 1971

A Comissão Executiva do Comité Central do Partido Comunista Português

No 5 de Outubro

A passagem do 5 de Outubro foi aproveitada para a realização de acções que mobilizaram largas centenas de democratas de vários distritos.

Em Lisboa, mais de 500 pessoas participaram na romagem ao Alto de S. João (onde as forças repressivas se exibiram com grande aparato), um grupo de algumas dezenas de democratas foi ao monumento a António José de Almeida e cerca de 200, na maioria jovens, concentraram-se à porta do Teatro Vasco Santana onde devia realizar-se a sessão comemorativa que o governo proibiu. Vivas à democracia e à liberdade foram proferidos no decorrer destas acções.

No Porto, os democratas publicaram um documento dirigido ao povo da cidade e tiveram lugar um convívio (a 3 de Outubro), com cerca de 120 participantes, na maioria jovens, uma romagem com cerca de 200 pessoas e um jantar comemorativo em que os 260 democratas reunidos debateram a situação política portuguesa, o estado do movimento democrático, as perspectivas do desenvolvimento da sua acção e aprovaram um texto dirigido a M. Caetano reclamando a libertação dos presos políticos.

Os jantares de confraternização e debate democrático que reuniram cerca de 140 democratas do distrito de Braga, igual número do distrito de Viana do Castelo, cerca de 120 democratas do distrito de Castelo Branco, a romagem ao túmulo de Afonso Costa, em Seia, com cerca de 500 participantes, e o jantar que se lhe seguiu, reunindo 150 democratas dos distritos de Leiria, Coimbra e outros pontos, foram, também, iniciativas das mais salientes levadas a cabo no 5 de Outubro.

Ocorrendo no clima de terror que o fascismo vinha adensando desde Maio, este conjunto de acções, em que a nota dominante foi a denúncia da repressão e a solidariedade com os antifascistas encarcerados, revelou-se de um significado político que não deve ser subestimado. Mas há que assinalar que manifestações de sectarismo impediram, em alguns casos, que as acções realizadas tivessem maior amplitude e que manifestações de falta de iniciativa impediram, noutros, que se encontrassem as formas de ladear ou forçar as proibições fascistas.

Nas eleições-fascistas para as Juntas de Freguesia

As eleições-fascistas para as Juntas de Freguesia foram aproveitadas por democratas de algumas freguesias rurais dos distritos de Viseu e Viana do Castelo que, apresentando ou apoiando listas, levantaram problemas dos mais sentidos pelas populações e apresentaram soluções que para eles preconiza a Oposição democrática das respectivas regiões, em vários

(continua na pág. 4)



Dezenas de milhar de trabalhadores em acção CONTRA OS ESPLORADORES E O SEU GOVERNO

Em Assembleias gerais nos Sindicatos, com abaixo-assinados e telegramas de protesto, os **metalúrgicos** prosseguem e intensificam o seu combate contra as manobras do patronato e do governo, pela imediata homologação do Contrato Colectivo de Trabalho.

Numa prova de grande decisão combativa, **1.500 metalúrgicos** do distrito de Aveiro deslocam-se à sede do Sindicato, na aldeia de Reunião concelho de Vila da Feira. O facto do local ser pouco acessível não impediu que se realizasse ali a maior assembleia sindical de sempre. Um telegrama de protesto foi enviado, em nome da Assembleia, ao Secretário do Trabalho.

Milhares de metalúrgicos do distrito do Porto manifestam do mesmo modo a sua firme unidade de combate em Assembleias gerais no Sindicato, de onde saem telegramas de protesto ao ministro das Corporações: em nome de **5.000 metalúrgicos** dumavez e de **4.000** de outra.

A imediata homologação do C.C.T. é igualmente exigida num abaixo-assinado de **7.000 metalúrgicos** de Aveiro, Braga, Porto e Vila Real.

Enquanto em várias empresas, o patronato faz dezenas de despedimentos, ameaça com despedimentos massivos e até com o encerramento das fábricas e se recusa antecipadamente a cumprir o estipulado no C.C.T., o governo navega no largo mar da ilegalidade, ao sabor das conveniências e exigências do patronato explorador: não dá a homologação e desautoriza a Comissão Arbitral, pronto a espeznhar as suas decisões e a falsificar algumas cláusulas do C.C.T. através de uma comissão fantasma, do patronato. É este o verdadeiro significado da «Comissão de Peritos» de que o delegado do I.N.T.P. de Aveiro falou aos metalúrgicos do distrito.

Embora o governo jure e trejure ante a Organização Internacional de Trabalho que «quando da homologação ministerial não se pode nunca substituir ou modificar os textos sobre os quais as partes chegaram livremente a acordo», é isto que está fazendo, violando grosseiramente os seus compromissos internacionais e a sua própria lei. E não apenas num ou outro caso isolado. As homologações «com ressalvas» surgidas repentinamente em recentes C.C.T. (vidreiros, indústria da moagem, indústria de fabricação de papel, etc.) mostram que tal prática já se generaliza e que, em última análise os C.C.T. não passarão de folhas de papel onde o patronato e o governo inscreverão única e simplesmente as suas condições de exploração.

Em luta pela imediata homologação do C.C.T. respeitando as decisões da Comissão Arbitral, os metalúrgicos devem prosseguir a sua acção com novas e massivas assembleias, concentrações nos

Sindicatos, no Instituto Nacional de Trabalho e outros organismos corporativos, mas tal acção não dispensa a luta nas empresas, com paralisações, concentrações e greves, se for necessário.

* * *

Apesar de fundamentalmente orientado contra os interesses dos trabalhadores, tal como numerosos Sindicatos oportunamente denunciaram, o novo Regime Jurídico de Trabalho, em vigor desde 27 de Dezembro, não satisfaz plenamente os insaciáveis apetites de exploração dos capitalistas. Se por um lado lhe sorri poder impôr uma longa jornada de 9 horas diárias, o patronato já não pode suportar que os regimes de semana americana e inglesa possam representar a redução de algumas horas de exploração semanal. Desta forma, enquanto centenas de tubarões se apressam a pressionar o governo para que sejam modificados estes regimes, nas empresas, começam já a tentar erigir a sua vontade em lei.

Vendo em perigo um direito que com razão consideram adquirido em muitas empresas, os trabalhadores iniciaram sem demora um movimento em sua defesa:

Os **fêsteis** do Porto puseram a circular um abaixo-assinado em que foram recolhidas **mais de 1.200 assinaturas**.

Na **FÁBRICA LEAO** (Porto), os operários reagem à tentativa patronal de impôr a semana portuguesa (8 horas diárias incluindo o sábado) recusando-se a despegar às 17 horas e continuando a trabalhar até às 18.30 como até aqui, e recebendo com vaia e assobios um delegado do Instituto Nacional do Trabalho (ou pide?) que apareceu na fábrica para intimidar.

Na **FÁBRICA AVIS** (Porto), os operários elaboram um abaixo-assinado exigindo da Administração a manutenção do regime de semana americana.

Na **ESMALTAL** (Porto), ante a unidade e a disposição combativa dos trabalhadores, o patronato teve de recuar na sua tentativa de obter o acordo individual dos trabalhadores para a substituição da semana americana por semana inglesa.

Sobre as possíveis e previsíveis manobras do patronato para não

ser privado de 3 horas de exploração semanais, o **Sindicato dos Metalúrgicos** enviou um ofício ao Instituto Nacional de Trabalho.

A força e a amplitude que este movimento está ganhando nas fábricas e nos sindicatos explicam em grande parte porque razão o Instituto Nacional de Trabalho ainda não deu satisfação às exigências patronais. Há, pois, todas as razões para prosseguir a luta nas empresas e nos Sindicatos, alargando-a e fortalecendo-a cada vez mais.

* * *

Noutros Sindicatos, as falcatruas do patronato e do governo encontram também a resistência activa dos trabalhadores.

1.000 estivadores do porto de Lisboa em Assembleia geral para tomarem conhecimento das decisões da Comissão Arbitral, protestam contra as ilegalidades cometidas por esta que se prestou a fazer o frete ao patronato ignorando a proposta do Contrato e o próprio Contrato em revisão e indo ao ponto de falsificarem por sua conta algumas cláusulas do novo C.C.T.

Os **fêsteis do Porto** alcançaram novo êxito na sua longa luta por uma direcção eleita pelos trabalhadores. Tal como o Tribunal de Trabalho, o Supremo Tribunal Administrativo deu decisão favorável à lista da classe no processo de impugnação da Comissão de Elegibilidade instaurado a mando do patronato.

Os **motoristas de Lisboa**, em Assembleias e outras acções no Sindicato, têm desenvolvido uma importante acção em torno do C.C.T. e pela eleição dum direcção honesta. Sentindo-se desmascarada pelos trabalhadores e a fim de torpedear a sua acção, a direcção-lacaiá demitiu-se colectivamente esperando que uma Comissão Administrativa ocupe o seu lugar.

Só num vasto movimento reivindicativo e de protesto que envolva simultaneamente as empresas e os sindicatos, os trabalhadores poderão responder com sucesso à intensificação da exploração, às arbitrariedades e à repressão patronal e policial e levar por diante a sua luta em defesa dos seus direitos, pela satisfação imediata das suas justas reivindicações, pelo Pão!

Defender as cooperativas e a cultura!

Com a publicação do decreto 520/71, de 24 de Novembro, que limita a actividade das cooperativas e visa submetê-las ao controlo directo das autoridades policiais, o governo tem por objectivo pôr termo a toda actividade cultural das cooperativas.

Este decreto está na continuidade de proibições de palestras, debates, conferências, colóquios de carácter cultural, científico e

técnico e das persguições policiais aos seus organizadores—inscre-se, na histeria repressiva do governo fascista de M. Caetano contra o movimento democrático.

A sanha do governo contra as cooperativas que espalham cultura pode ser contida pela acção de massas de todos os seus associados e também de todos aqueles que amam a cultura e o progresso geral do nosso país.

Paralisação na Philips

No dia 20 de Dezembro, os operários da Philips, Cabo Ruivo, paralisaram o trabalho como protesto por os patrões lhes terem reduzido em cerca de 50% a gratificação do Natal.

«O engenheiro-chefe ameaçou-os de despedimento e de chamar a policia, mas os trabalhadores não se deixaram intimidar.

Os administradores, quando chegaram, resolveram ouvir o pessoal e prometeram que o caso seria resolvido. «Que fossem trabalhar!»

Os operários (na maioria mulheres) aceitaram a promessa, mas estabeleceram um prazo findo o qual se ela não fosse cumprida voltariam a parar o trabalho.

Convencidos da determinação dos trabalhadores os patrões acabaram por, no prazo estabelecido, pagar o que faltava para completar um mês de salário.

OS MEDICOS VENCERAM

Apesar de todas as medidas de intimidação e de repressão de que fez uso, o governo foi forçado a ceder ante a acção colectiva e combativa dos médicos. Foi garantido o acesso ao internato complementar (especialidades), nas condições que têm vigorado ultimamente, a todos os médicos do 2º ano do internato geral. Era esta a principal reivindicação dos médicos.

O recuo do governo verificou-se antes da mobilização dos hospitais de Lisboa. Aceitando-o os médicos poseram termo à greve administrativa e os internos do 2º ano do internato geral requereram (como o governo exigia) o exame de saída que haviam boicotado. A situação normalizava-se. Foi nestas condições que surgiu a mobilização.

Para quê? Com que objectivo?

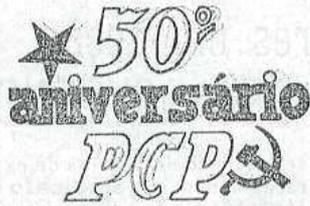
Quis o governo ocultar desta forma o seu recuo? Foi uma medida de intimidação relativamente a futuras acções dos médicos e visando por tabela outros sectores que se aprontam para a luta?

Seja como for a utilização pelo governo desta medida repressiva de excepção voltou contra ele a quase totalidade dos médicos dos hospitais, mesmo os que ocupam funções directivas, o deputado à A.N. fascista Dr. Miller Guerra, demitiu-se do cargo de Bastonário da Ordem dos Médicos, o país indignou-se.

Alcançando satisfação na reivindicação principal os médicos não dão a situação por solucionada. Na moção aprovada na Assembleia Conjunta de Internos e Graduados dos Hospitais Centrais de Lisboa, de 27. XI. 71 avisaram o governo: «Se não forem considerados os problemas fundamentais da reestruturação hospitalar e das Carreiras Médicas a nível nacional, novos movimentos de características idênticas são de esperar».



CAMPANHA DE FUNDOS



Transporte	Idem	42850	2.500,00	(IV)	1.000\$00
1.096.939\$30	Idem	530\$00		Gerdásio	86\$00
À memória velho	Idem			Idem Jovens	
aml. PCP	(AJA)	100\$00		V. França	100\$00
A Revolu-	Idem			Idem povo de	
ção	50\$00			Moçamb.	1.500,00
Alberto até à	Idem			Logista anti-	
victória	500\$00			fascista	200\$00
Alfredo	Idem			Luta antifascis-	
Diniz	30\$00			ta Por.	59\$00
Angelo	Idem			Idem (B)	
Veloso	1.000\$00			Lutemos por	
Amigos da	Idem			indicatos	
Partido	63\$50			iv. (C)	85\$00
Idem 30º	117\$00			Maria Ma.	
Amnistia total	(S.P. - 50º)			chado	20\$00
500\$00				Metalúrgico	
A.R.A. 70	500\$00			vermel.	22\$00
Augusto	Idem			Militão	
Aragão	100\$00			Ribeiro	90\$00
Apó Coelh-	Idem			Mulheres dem.	
nho	10\$00			saudam 50º	
Bento Caraca	(I)	2.900\$00		A.	600\$00
Idem	2.000\$00			Natal 71	200\$00
Bento Gonçal-	Idem			Idem	65\$00
ves (I)	1.000\$00			Idem	30\$00
Idem (II)	1.000,00			Idem	265\$00
Carvalho	100\$00			Natal preso	
Comerciante	Idem			político	245\$00
anti-fascista	Idem			Nova Luz	300\$00
30\$00	Idem			Novembro ru-	
Costurei-	Idem			bro (30º)	500\$00
runka	20\$00			Operário qui-	
D'um jovem	Idem			nico sauda	
operário	Idem			50º	20\$00
(B)	255\$00			Operários ver-	
Democrata	Idem			methas	275\$30
(L)	20\$00			Os amigos do	
Dem. do Bar-	Idem			liero	250\$00
reiro	1.000,00			Para a defesa	
Dias Lou-	Idem			do P. - tarefa	
renço	300\$00			nº 1	5.000\$00
Dum fato ma-	Idem			Pioneiro	
caco	900\$00				3.500\$00
Economista	Idem			Pires	
vermelho	Idem			Jorge	30\$00
(A)	250\$00			Idem	100\$00
Em defesa da	Idem			Postais Cata-	
ARA (B)	190\$00			rina	687\$50
Emblemas do	Idem			Químicos sau-	
PCP	60\$00			dam 50º	
Emblemas	Idem			Ar.	100\$00
50º	40\$00			R.C.	50º Aniv.
Idem	230\$00			Total:	1.185.927\$30

Na batalha pela liberdade

(continuação da pág. 2)

casos através de propaganda imprensa. Alcançando êxitos assinaláveis em algumas freguesias, esta actividade demonstra que, sem ilusões eleitoralistas sobre o significado das eleições-fascistas para as Juntas de Freguesia, (que também apareceram), estas eram susceptíveis de aproveitamento para o desenvolvimento da acção democrática e para o reforço da ligação do movimento democrático às massas, não apenas nas freguesias rurais, mas também nas freguesias urbanas. Disso se apercebeu o fascismo impedindo pelo recurso à arbitrariedade que listas apresentadas em zonas retintamente operárias, como aconteceu no Barreiro, Lavradio e Riba d' Ave (Famalicão), fossem avante. A acção repressiva do fascismo nestas freguesias foi facilitada pela submissão por parte do movimento democrático, na sua generalidade, das possibilidades de aproveitamento das eleições-fascistas para as Juntas de Freguesia para incrementar a acção democrática.

Noutras campos de actividade

A reunião, em Moscavide, de 250 democratas num jantar comemorativo de 1º de Dezembro em que foram objecto de discussão a repressão, as torturas aos presos políticos, os próximos julgamentos de antifascistas, a guerra colonial e a subida do custo de vida; a realização de uma assembleia democrática no distrito de Braga com a participação de 71 democratas que debateram os futuros caminhos da acção democrática no distrito; a realização de uma reunião de 20 democratas de Lisboa com o objectivo de revitali-

zar a CDE — contam-se como algumas iniciativas recentes do movimento democrático. Mas a actividade democrática, nos últimos três meses de 1971, teve como aspecto central a luta contra a repressão.

Neste campo, merece um destacado relevo a contribuição dada para as manifestações populares de 18 de Dezembro, em Moscavide, e de 19 de Dezembro, em Sacavém, nas quais participaram milhares de pessoas.

Combater as concepções paralizantes e reforçar a unidade e a acção

O cepticismo reinante em alguns sectores que negam qualquer possibilidade de acção legal e semi-legal; os preconceitos quanto ao aproveitamento de datas para realização de jornadas de acção democrática voltadas para o presente; os preconceitos quanto à utilização de formas de acção que embora de nível inferior são absolutamente legítimas nas condições do fascismo e preparam o terreno para acções de nível superior; a persistência de tendências para encerrar a organização no vazio e desligada da acção; a idealização de planos programáticos separados da realidade e que traduzem frequentemente a náusea pela acção prática; as tendências exclusivistas e sectárias; as ilusões legalistas e eleitoralistas — os desvios que, a par dos reais obstáculos resultantes da vaga repressiva, têm impedido o desenvolvimento do movimento democrático.

A prática recente do movimento dá resposta adequada a estas concepções paralizantes. Ela demonstra que se forem aproveitadas todas as possibilidades de organização, se se forem novas possibilidades, criar-se-ão condições para um novo impulso, para uma reactivação da batalha pela liberdade no plano da acção legal e semi-legal.

Com este objectivo é necessário dar combate a todas as tendências nocivas que afectam o movimento na fase presente e submeter a uma crítica combativa as concepções eleitoralistas que começam gerar-se, em certos sectores, à volta da próxima eleição para a Presidência da República.

Para nós comunistas não é de eleição que se trata mas, pura e simplesmente, de uma forma de designação fascista. Desaproamos qualquer iniciativa de apresentação de candidatos da Oposição às eleições para a Presidência da República.

O movimento democrático desenvolver-se-á através da defesa e consolidação das estruturas legais e semi-legais existentes, da reanimação da sua iniciativa política, do alargamento e reforço da sua unidade.

A luta por objectivos concretos imediatos apresenta-se como a via experimentada capaz de assegurar a reactivação da acção democrática de massas. Há que prosseguir-a através das organizações, movimentos e manifestações específicas: contra a repressão, pela libertação dos presos políticos, pela amnistia, contra as medidas de segurança, pela liberdade de expressão de pensamento, pelo direito de associação e outras.

Como salientou a Comissão Política do CC do PCP no seu documento de Outubro: «As forças democráticas não cederão às ameaças e à chantagem fascistas e prosseguirão as reuniões, as exposições, as iniciativas, as acções de esclarecimento, os protestos, na luta contra a opressão e o regime fascista e pelas liberdades fundamentais.»

O «secretariado para a juventude» — manobra contra a juventude

A criação do «Secretariado para a Juventude» e a reorganização da M. P. representam uma nova tentativa do governo para colocar sob a sua alçada directa e controle estrito, toda e qualquer actividade juvenil, fascizar ou pelo menos neutralizar a juventude trabalhadora e estudantil.

O fascismo fala em «estimular o espírito de iniciativa da juventude e a sua participação interessada e consciente na tarefa formativa e cultural que, em clima de dedicação esclarecedor, se pretende levar a cabo», fala na criação de «Centros de Juventude» abertos à adesão de todos os jovens que neles queiram participar.

Os jovens sabem o que esta linguagem significa. O próprio decreto o deixa transparecer. Ai se poder que os «Centros de Juventude» têm obrigatoriamente que «estabelecer relações» (submeter-se...) com o MEN, que a constituição e funcionamento de toda e qualquer organização juvenil assim como to-

das e quaisquer actividades circun-escolares que não partam do «secretariado» exigem autorização do governo. Ou seja, com o «Secretariado» o fascismo centraliza e refina a repressão às organizações e iniciativas verdadeiramente juvenis visando ao mesmo tempo o desenvolvimento de uma actividade anti-democrática e antijvenil.

No decreto da criação do «Secretariado para a Juventude» adivinhava-se já uma nova «reestruturação da M. P.» (mais uma...) que de facto foi oficialmente anunciada a 26 de Outubro.

Forçad embora a reconhecer a bancarrota das suas porfidadas tentativas de penetração na juventude através da organização patriótica e para-militar que a N.P. sempre foi, o governo não desiste, muda de tática e ao mesmo tempo que acenata aos jovens com «Centros da Juventude» sem a odiada tabuleta da M. P. faz desta um foco de reacção que reagrupo os filhos — família, que seja o ramo «juvenil» do partido único — ANP e da Legião, que aglutine os grupúsculos propagandísticos de extrema-direita (FEN, J. P., Acção Académica e outros) que actuam nas escolas em colaboração directa com a PIDE.

Estas iniciativas inserem-se obviamente no contexto da violenta ofensiva repressiva do governo de Marcello Caetano de que a juventude tem sido um dos alvos principais.

As manobras do fascismo, contidas na criação do «Secretariado para a Juventude», mesmo com as mal disfarçadas pinceladas de demago-

gia liberalizante, estão condenadas ao fracasso.

Os jovens opõem uma luta tenaz a todas as tentativas do governo e suas polícias para os manietar, submeter e utilizar, rejeitarão todas as tentativas para tutelar a sua actividade; ofenderão as suas organizações democráticas; continuarão a organizar-se nas colectividades, nas cooperativas, nos clubes desportivos, no movimento democrático da juventude, nas Associações de Estudantes, em torno das mais variadas iniciativas. Os jovens prosseguirão a luta pelos os seus interesses nas empresas e nas escolas, prosseguirão a luta contra a repressão, pela liberdade de associação, de reunião e de expressão, contra a guerra colonial, contra o fascismo.

RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Emissora portuguesa ao serviço do povo, da democracia e da independência nacional. Transmite diariamente das 8 às 8,30 em 19 metros, das 19 às 21 horas em 19 e 26 metros. A última emissão é transmitida das 0,20 às 0,50 em 26,32 e 36 metros.

O 8 DE MARÇO

é o Dia Internacional da Mulher. Como em anos anteriores, façamos do 8 de Março uma jornada de luta pelos direitos da mulher portuguesa, uma jornada de solidariedade internacionalista a Angela Davis, às mulheres do Vietnam, às mulheres das colónias portuguesas.

Paralisar as mãos aos torturadores da PIDE-DGS

M. Caetano afirmou publicamente que as torturas aplicadas aos presos nos antros da PIDE-DGS não passavam de invenções maldosas dos comunistas. Assim o tinham confirmado os inquiridos a que mandara proceder, disse.

Os factos, porém, não podem ser desmentidos. Os criminosos da PIDE, sob o comando directo de Caetano-Rapazote, insultam, agredem, espancam brutalmente, aplicam choques eléctricos em partes sensíveis do corpo, criam ambientes sufocantes nos locais de tortura, fazem montagens dando a entender aos presos que o lado suas esposas e filhas estão a ser violadas e outros familiares a serem torturados, espalham sangue ou coisa parecida em salas para onde depois conduzem os presos, tudo com o objectivo de impressionar, intimidar e abalar a sua moral revolucionária.

A tortura do sono, que já foi prolongada para além das 400 horas seguidas, é das mais cruéis e a mais aplicada aos presos ultimamente. Com ela a polícia e o governo visam, além do mais, a liquidação física e psíquica dos presos.

Aos casos de António Gervásio, membro do C.C. do P.C.P., que esteve na tortura do sono 408 horas seguidas, tortura que lhe ia causando a morte, do jovem José Pedro Soares, que no total esteve sujeito a interrogatórios durante 820 horas, 504 das quais sem dormir, de Diogo Velez, de Mário de Carvalho, cujos comportamentos ante o inimigo foram heroicos, de José António Ribeiro Lopes, de Manuel Custódio, de Daniel Cabrita e tantos outros sujeitos a espancamentos selváticos e a tortura do sono, juntam-se mais recentemente os casos de

Domingos Felix Pinto: 73 dias de isolamento, 105 horas consecutivas na tortura do sono.

Eduardo Ferreira: 51 dias isolado, 3-3-2 dias na tortura do sono. Espancado a pontapé e murro pelo agente Pompílio.

Alfredo José Marques Henriques: 4 dias sem dormir, 51 dias isolado, espancado ficando com equimoses na cara e nas costas. Tentou suicidar-se cortando um pulso com um vidro.

Carlos Alberto de Sousa: 52 dias isolado, espancado 3 vezes com tubo de borracha, pontapés, régua e matraça pelos agentes Celso e Pompílio.

António Narciso: 4 dias de pé sem dormir, espancado a murro, pontapé e matraça pelos agentes Coelho e Artur Pereira.

A estas vítimas da repressão fascista outras se juntam. Em Outubro, é preso em Lisboa o jovem empregado de escritório, José Luis da Silva.

Em Novembro, são presos Manuel Fernandes Nisa, empregado, de Fonte da Telha; em Lamego, o officer miliciano Júlia de Almeida Garcia entregou depois à PIDE

pelo ministério do Exército; Manuel Jorge Bazenga Vieira, empregado bancário; Carlos Luis Lima Osório, empregado dos TAP; Joaquim Manuel Gomes da Silva, em Viana do Castelo.

Em Dezembro, são presos Carlos de Oliveira Santos, estudante; Mário Coelho, alfaiate, de Cova da Piedade; Carlos Manuel, empregado no Parque Aeronáutico de Alverca; Orlando Cunha e Joaquim Gato, de Vila Franca de Xira; Lourival e Reis Silva, operários da Siderurgia Nacional; Artílio Bastista, do Barreiro.

São novas vítimas do bando da PIDE-DGS, que é preciso defender.

É preciso continuar a desmascarar ante a opinião pública nacional e internacional as torturas de que são vítimas os presos políticos e da mesma forma os torturadores!

Os médicos portugueses não devem calar por mais tempo a sua opinião sobre todas as consequências da prolongada tortura do sono para a saúde dos presos em geral! Importa que tomem também posição clara e pública em relação àqueles «médicos» que colaboram com a PIDE e chegam mesmo a orientar certo tipo de torturas com vista a estas serem levadas até ao extremo limite, isto é, até à beira da morte!

É preciso paralisar as mãos dos torturadores da PIDE por meio de acções de massas!

Luta estudantil

A «TOMADA DA BASTILHA» GRANDE JORNADA DE MASSAS

A comemoração da «Tomada da Bastilha», no dia 25 de Novembro, em Coimbra, foi uma grande jornada de luta estudantil.

Logo de manhã foi amplamente distribuído o comunicado da Direcção da A.A.C. nas Faculdades, o que já não acontecia (de forma maciça e aberta) há bastante tempo. Um PIDE tentou prender um estudante mas, cercado por muitos estudantes, acabou por libertá-lo.

No ALMOÇO de confraternização participaram centenas de estudantes. Em várias intervenções foram colocadas as principais reivindicações dos estudantes de Coimbra no momento presente: reabertura da A.A.C., realização de uma Assembleia Magna, abolição das expulsões, liberdade de reunião e de informação. Ao longo do almoço os estudantes cantaram canções progressistas e gritaram em coro: «reabertura da A.A.C., já!». Gritos que se ouviram durante todo o dia.

No SARAU realizado no Gil Vicente a lotação (perto de mil lugares) foi rapidamente esgotada, ficando fora muitas centenas de estudantes que protestaram. Como as autoridades académicas e a polícia não permitiam a sua entrada no Teatro os estudantes que tinham conseguido lugar resolveram sair. Mas mal as portas se abriram os estudantes que estavam fora entraram de roldão.

O CORTEJO que devia realizar-se à noite foi proibido pelo Reitor quando já cerca de 3.000 estudantes se concentravam à volta da Univer-

sidade. **ALFEITE** — No mês de Novembro cerca de 2.000 marinheiros fizeram um levantamento de rancho acompanhado de gritos de «Ladrões!» «Fascistas!» como protesto contra o mau estado da comida que lhes foi fornecida. O comando cedeu e mandou servir outra comida em substituição.

CASCAIS — Na segunda quinzena de Novembro houve um levantamento de rancho.

GDACI (Grupo de Detenção, Alerta, Conduta e Interpretações) — Em 25 de Novembro cerca de 400 soldados e cabos (a quase totalidade) da policia aerea num protesto contra a má qualidade da alimentação atiraram com os bancos ao chão e gritaram: «temos fome!». Depois de muitas tentativas de intimidação uns poucos recuaram e acabaram por comer. Mas a grande maioria não só não comeu como ainda atirou com a comida ao chão.

AVEIRO (RI. 10) — Na semana do campo e na sequência de vários protestos contra a má alimentação um dos pelotões da 2ª companhia começou a cantar «Ai senhores a gente morre aqui de fome...» e é lançada a palavra de ordem: «amanhã ninguém toca na comida». No dia seguinte quando da formatura para receber a alimentação muitos soldados recomeçaram a cantar «Ai senhores a gente morre aqui de fome...» mas o comandante mandou avançar um pelotão de voluntários que aceitou a comida. Os outros pelotões reagiram e insultaram os cobardes, mas depois todos acabaram por aceitar a

comida embora muitos soldados a deitassem ao chão. Apesar da acção não ter resultado como os soldados mais combativos desejavam os seus efeitos resultaram altamente positivos. A partir desse dia a comida foi extraordinariamente melhorada.

MAFRA — A 10 de Dezembro apareceram perto de 100 tarjetas coladas em sítios muito visíveis. Diziam: «milicianos não querem a guerra!», «abaixo a guerra colonial!».

A 13 de Dezembro os comandantes de companhia fizeram reuniões com as respectivas companhias e proferiram ameaças em relação à colagem das tarjetas. Mas nessa mesma noite apareceram mais tarjetas, aproximadamente 100 também coladas em sítios bem visíveis, inclusivamente nas vitrines sobre as portas, agora com a palavra de ordem: «Não jures camarada!».

No dia seguinte, 14, o quartel entrou de prevenção.

No dia do juramento do C.O.M. grande número de agentes da PIDE de Lisboa, bem conhecidos, estavam de vigilância, principalmente dos dois lados de cada uma das formaturas e por cima delas em terraços da Basílica.

A PIDE a guardar o Exército!

Mesmo assim o juramento foi totalmente «abandalhado». As últimas palavras foram substituídas por silêncio. Os comandantes terminaram-no à pressa.

O jantar do costume (de desanuviamento e confraternização) foi vigiado. Não deixaram os cadetes juntarem-se em grupos e foi proibido cantar.

Ai não! com o horror que o ministro da defesa tem às baladas!

De notar que já em Setembro quando do anterior juramento de bandeira do C.O.M. apenas um reduzido número de cadetes respondeu.

Partindo da oposição crescente da juventude portuguesa à guerra colonial e ao fascismo, o descontentamento nas forças armadas mantém-se e aprofunda-se.

Cabe aos militantes antifascistas, aos comunistas, em primeiro lugar, a tarefa de transformar este descontentamento em acção combativa e em consciência política e revolucionária. Que cada comunista, que cada antifascista, nas forças armadas procure criar núcleos de acção anticolonial e antifascista no seu pelotão, na sua companhia, na sua unidade.

VIDAS QUE É PRECISO SALVAR

Rogério de Carvalho — preso a última vez em 1965, encontra-se na prisão de Caxias. Sofre há longo tempo uma grave doença óssea (osteoporose) que se vem agravando dia após dia. Às vezes não pode levantar-se.

Ilídio Esteves — encontra-se actualmente no hospital-prisão de Caxias. O seu estado de saúde vem-se agravando progressivamente tornando-se inquietante. Em Outubro de 1970 terminou a pena de 5 anos a que fora condenado.

José Magro — sofreu já 18 anos de prisão. Preso pela última vez

em Maio de 1962, sofre de úlcera e de grave doença nervosa, fruto dos maus tratos sofridos e dos longos anos passados nas prisões fascistas.

Médicos particulares e até ao serviço das cadeias têm concluído que nas condições de reclusão em que se encontram José Magro, Ilídio Esteves e Rogério de Carvalho será muito improvável lograr-se uma recuperação total.

Urge intensificar as diligências e as acções de massas pela sua libertação, para que possam ser tratados em condições apropriadas.

INTENSIFIQUEMOS A LUTA contra as guerras coloniais!

No seu monólogo de 16 de Novembro na televisão, já M. Caetano procurara adotar a amarga pílula das enormes despesas militares lançando para o ar o estribilho do «progresso galopante» nas colónias, principalmente em Angola e Moçambique. A ária foi retomada pelo ministro da Defesa no seu discurso do fim do ano aos oficiais-generais das Forças Armadas, ao tentar valorizar 10 anos de feitos inglórios das tropas colonialistas nas guerras de África.

Quando falam em «progresso galopante» em Angola e Moçambique, os governantes caetanistas não procuram apenas iludir o povo português. Falam para ser ouvidos pelos grandes grupos monopolistas, convidando para o luto banquete colonial os que ainda hesitam e prometendo novas iguarias aos insaciados. A criação de grandes interesses económicos em Moçambique e Angola, de que são exemplo as bargagens de Cabora-Bassa e do Cunene, além de satisfazer este objectivo imediato do governo caetanista, tem ainda em vista este objectivo final: perpetuar a exploração e o domínio coloniais através da fixação em territórios africanos de grandes contingentes de população branca.

É ainda na linha do «progresso» da pilhagem colonial que o ministro da Defesa vem anunciar que uma parte das colossais despesas de guerra passará a ser suportada pelos orçamentos das colónias respectivas. Isto não significa que as despesas militares diminuirão para o povo português. Significa, isso sim, que os povos coloniais passarão a pagar também as armas destinadas a manter a escravidão colonial e a matar os patriotas e as populações que os apoiam.

Os sonhos caetanistas de eterna exploração e opressão colonialistas em África conjugam-se com o seu propósito de aumentar a violência repressiva tanto em Portugal como nas colónias, a pretexto do aumento da «subversão» que cá e lá se viria registando.

A sanha repressiva dos fascistas-colonialistas é tanto maior quanto é certo que cresce o movimento de resistência antifascista e anticolonialista tanto em Portugal como nas colónias como o próprio ministro da Defesa aliás reconheceu ao aludir ao bom acolhimento que a propaganda «inimiga» e as acções «subversivas» têm encontrado «quer na Metrópole quer no Ultramar» para ameaçar com o que chamou a «resposta melhorada e actualizada das Forças Armadas», isto é, o recrudescimento do crime e do terror.

Por detrás das habituais falsificações dos comunicados das Forças Armadas transparecem por vezes sérios reveses. As reluzantes vitórias anunciadas no norte de Moçambique, por exem-

plo, esboroaram-se dias depois (30-12) na confissão de que a FRELIMO «estabelece pontos de apoio» eminentemente móveis, dilui-se quase perfeitamente nas populações», o que fazia com que as tropas colonialistas deparassem com «acentuadas dificuldades». Por sua vez, o comunicado publicado no dia 31 de Dezembro deixa concluir que os colonialistas foram surpreendidos pelo aperfeiçoamento do apetrechamento e pericia militares da FRELIMO que já permite atingir e abater os helicópteros assassinos dos colonialistas.

A sabotagem da linha de caminho de ferro Nacala-Nampula no dia 11-11 cujo rescaldo só seria divulgado uma semana depois - 7 militares mortos e 14 feridos para os colonialistas - fora noticiada como simples «acidente» ferroviário.

O povo português é mal informado e com atraso para que o impacto provocado pelas derrotas colonialistas seja menor. Importantes acções das forças patrióticas do MPLA, PAIGC e FRELIMO não são noticiadas.

As crescentes derrotas colonialistas confirmam a cada passo que se não fosse a ajuda imperialista, nomeadamente do bloco agressivo da OTAN, já há muito os colonialistas portugueses tinham sido forçados a depor as armas, reconhecer o direito à autodeterminação e independência dos povos coloniais, abandonar a pilhagem colonial e a sair de África.

Os colonialistas-fascistas caminham inexoravelmente para a derrota em África. E apenas essa derrota permitirá o verdadeiro progresso dos povos coloniais e do povo português. Para isso, as acções do povo português contra os ruinosos gastos de guerra, pelo regresso dos soldados, pelo fim das guerras coloniais, pela independência de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, não poderão deixar de se intensificar e multiplicar.

O BANGLA DESH TRIUNFA

Terminada a guerra entre a Índia e o Paquistão com a derrota das forças de ocupação paquistanesas no Bangla Desh, este impõe-se ao mundo como uma realidade nacional que muito poucos se atrevem já a contestar.

A valentia demonstrada por muitos milhares de combatentes bengalis do Mukti Bahini, ao lado das tropas indianas, na libertação da sua pátria, o acolhimento entusiástico dispensado pelo povo do Bangla Desh às forças militares libertadoras confirmaram a vontade de independência expressa nas eleições de Dezembro de 1970 e na resistência à repressão feroz com que os paquistaneses procuraram sufocá-la.

Transferindo a administração civil para o governo do Bangla Desh logo que se consumou a derrota dos paquistaneses, suspendendo unilateralmente os combates na frente ocidental, asseverando que as suas tropas seriam retiradas do Bangla Desh o mais cedo possível, o governo indiano tem agido de acordo com o que afirmou no início do conflito, isto é, que tinha em vista apenas auxiliar o povo do Bangla Desh e o Mukti Bahini, opor-se à agressão ao seu próprio país, não ter quaisquer ambições territoriais.

O apoio político, diplomático e militar prestado, com firmeza inabalável, pela União Soviética à União Indiana e aos combatentes bengalis teve uma decisiva influência nesta vitória histórica do povo do Bangla Desh. A posição assumida pela União Soviética é uma viva demonstração da sua consequente política de solidariedade internacionalista com a luta dos povos pela democracia, a independência na-

cional e o socialismo.

O povo do Bangla Desh contou também com o apoio e a solidariedade política da quase totalidade dos países socialistas, da grande maioria dos partidos comunistas, de numerosas forças progressistas do mundo, que souberam definir em relação à sua causa uma justa posição internacionalista.

O apoio internacionalista prestado ao povo do Bangla Desh e à acção da União Indiana a seu favor impediu que as tentativas de intervenção do imperialismo se concretizassem. Mas o imperialismo, em especial, o americano conspirou quanto pôde no plano político e diplomático contra a causa do Bangla Desh, contra a União Indiana, e de modo particular e como tradicionalmente contra a União Soviética.

O governo da República Popular da China não só fez causa comum com o imperialismo americano como chamou a si com surpreendente despudor o comando dos ataques à União Soviética e à União Indiana, ao mesmo tempo que manifestava o mais soberano desprezo pela luta do povo bengali contra a opressão feroz do Paquistão.

Os povos do mundo viram pela primeira vez a direcção maoísta actuar na ONU, a plena luz, numa grave crise internacional: sabem agora com o que podem contar.

A causa do Bangla Desh triunfa. Os seus opressores e os que a eles se aliam, incluindo a direcção maoísta da China, sofreram uma severa derrota, como sempre acontece aos que desprezam e tentam sufocar a vontade dos povos.

Fim aos crimes imperialistas no Vietnam!

Os actos de pirataria aérea executados sob as ordens directas de Nixon sobre o território pacífico da República Democrática do Vietnam mostram toda a hipocrisia e perfídia dos imperialistas agressores e do seu chefe de fila.

Violando grosseiramente o compromisso oficial de pôr termo aos bombardeamentos, os agressores americanos redobram a sua fúria assassina em novos raids piratas. Centenas de toneladas de bombas e foguetes do mais temível poder destruidor lançadas em dias sucessivos sobre cidades e regiões densamente povoadas, nomeadamente sobre escolas e hospitais e não sobre alvos militares como afirmam mentirosamente os comandos imperialistas, já fizeram centenas de mortos e milhares de feridos em estado grave.

Segundo a desvergondada afirmação de Nixon, ao lançar-se na campanha eleitoral, estes bombardeamentos criminosos destinaram-se a obter a libertação dos prisioneiros

que se encontram na República Democrática do Vietnam. Maior hipocrisia não é possível.

Se fosse verdadeiro o desejo de Nixon de «proteger as vidas» dos soldados e libertar os prisioneiros norte-americanos, em vez de reverter a tão monstruosos crimes, não teria mais do que aceitar as propostas da República Democrática do Vietnam e do governo provisório da República do Vietnam do Sul. Assim teria visto regressar aos Estados Unidos, até 31 de Dezembro do ano findo, todos os soldados americanos, incluindo os prisioneiros.

No momento em que as tropas americanas, a CIA e as tropas fanfioches de Saigão são forçadas a abandonar em debandada as suas mais importantes bases no Laos e no Camboja, sob a pressão das forças patrióticas indochinesas, o recomeço dos bombardeamentos à R.D.V. é antes do mais uma criminoso manobra de diversão que procura esconder o fracasso da política de Nixon na Indochina, e particularmente da «vietnamização» da guerra e do seu programa dito de «pacificação».

O vigoroso movimento de solidariedade e protesto que se levantou em todo o mundo, envolvendo todas as Repúblicas da URSS, todos os países socialistas, os trabalhadores, as forças democráticas e progressistas de numerosos países capitalistas, organizações internacionais, e nos próprios Estados Unidos, mostra que o heroico e martirizado povo vietnamita não está só. Com a ajuda fraternal da União Soviética e de outros países socialistas, com o apoio solidário de todas as forças amantes da paz no mundo inteiro, prosseguirá a sua abnegada luta contra a criminosa agressão imperialista americana, até à vitória final.

Através das mais variadas acções, manifestemos a nossa solidariedade aos povos do Vietnam, do Laos e do Camboja!

Fim imediato dos selváticos bombardeamentos!

Que os imperialistas americanos tirem as patas da Indochina!